

## **O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA PERMANÊNCIA NO PPP DO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO NAVARRO DE BRITO: ANÁLISES E PROPOSIÇÕES**

**Alexsandro de Oliveira Silva**

Licenciando em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Bolsista de Iniciação Científica / UESB – Brasil; Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG). E-mail: [alexgeisa@yahoo.com.br](mailto:alexgeisa@yahoo.com.br)

**Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis**

Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da UESB. Líder do GRUPEG - Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia e Membro do grupo de pesquisa NUAMSE - Núcleo de Análise em Memória Social e Espaço. E-mail: [nereidamafrabenedictis@gmail.com](mailto:nereidamafrabenedictis@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo é resultado da pesquisa realizada durante a disciplina Prática em Projetos Aplicados ao Ensino de Geografia no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB), na Cidade de Vitória da Conquista – BA, a qual é ofertada para o V Semestre do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo proposto foi o de analisar como se estabelecia o princípio da igualdade relacionado ao acesso e permanência estudantil na comunidade escolar do CIENB. O tema da igualdade, acesso e permanência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/1996) é recorrente, de modo que destacam questões como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Fica evidenciado também na LDB que os professores da Educação Básica possuem responsabilidade no que tange à permanência do estudante na escola, o qual deve colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

**Palavras Chave:** Permanência estudantil; PPP; Igualdade.

### **1. Introdução**

Este artigo é resultado de um processo de investigação realizado durante as atividades desenvolvidas na disciplina de Prática em Projetos Aplicados ao Ensino de Geografia no ano de 2018, no curso de Licenciatura em Geografia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo foi o de analisar como se estabelecia o princípio da igualdade relacionado ao acesso e permanência estudantil na comunidade escolar do Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB). O trabalho foi realizado com o intuito de conhecer se a escola oferece algum programa para permanência do aluno. Para tanto, foi utilizado o Projeto Político Pedagógico do CIENB como base para iniciar o trabalho empírico.

Diante dessa questão, derivaram-se outras, como verificar se a oferta de vagas é suficiente para a demanda da comunidade; identificar se a gestão escolar conhece o perfil de

seus alunos para buscar ações adequadas; entender como os problemas sociais interferem no acesso e permanência dos estudantes; analisar como o relacionamento e a metodologia empregados pelo professor, pode cooperar para a permanência dos alunos na escola; identificar se a infraestrutura da escola contribui para o acesso e permanência e, por último, averiguar se há ações inclusivas para estudantes com necessidades educacionais especiais.

A escola, por sua natureza constitutiva precisa expressar o princípio da igualdade, acesso e permanência como uma das suas marcas de identidade (VEIGA, 1996). Conforme se analisa Brasil (1996), percebe-se que o tema da igualdade, acesso e permanência na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é recorrente, de modo que destacam questões como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 3º Inciso I). No Artigo 4º dispõe que é dever do Estado a garantia do:

V- acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram na idade própria. [...] VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDBEN, 1996).

A Lei ainda assinala em seu Artigo 5º sobre a garantia de forma ampla ao acesso para todos os que desejam estudar.

Acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (LDBEN, 1996).

Fica evidenciado também na LDB que os professores possuem um compromisso no que tange à permanência do estudante na escola, tendo em vista que em seu Artigo 13, inciso VI é afirmado a incumbência dos docentes: “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. Isso aponta que toda a comunidade escolar deve zelar pela continuidade dos alunos nos estudos.

Em relação aos estudantes trabalhadores, a Lei garante o acesso legal às redes de educação, conforme está estabelecido no Artigo 37 da LDB em seu parágrafo 2º “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

A LDB prevê formas de complementação orçamentária para que a rede pública de ensino possa suprir garantir o acesso, como se lê no caput do Artigo 75. “A ação supletiva e

redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino”.

Nesse contexto foi realizado uma busca ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do CIENB, com vistas a conhecer a proposta de educação da escola e identificar a política desse estabelecimento de ensino para o acesso e permanência estudantil de forma efetiva. A escolha do documento ocorreu em decorrência do que está estabelecido na própria LDBEN no seu Artigo 12, em que direciona que todos os estabelecimentos de ensino devem, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, elaborar e executar o seu projeto pedagógico para implementação de ações concernentes a igualdade e a permanência dos estudantes na escola.

### **Observações na escola: aspectos relevantes**

A disciplina Prática em Projetos Aplicados ao Ensino de Geografia, como possui uma carga horária de estágio, é de grande valor para formação docente, pois possibilita a fundamentação teórica necessária para se entender a dinâmica própria de uma unidade escolar, bem como a vivência prática, no ambiente que é o *locus* do trabalho docente, a Escola.

Na pesquisa feita no CIENB, o primeiro aspecto abordado foi a oferta de matrícula, que tem uma relação de dependência com as diretrizes do Núcleo Territorial de Educação (NTE). Nessa escola o número de alunos matriculados tem diminuído, como pode ser observado nos indicadores dos anos de 2016 e 2017 (Gráfico 1). Essa diminuição tem se dado, em se tratando de uma escola estadual, desde o processo de municipalização do Ensino Fundamental II.

O colégio por ser de grande porte, atende à uma área fora do limite do bairro em que se instala, o bairro Brasil. Assim, ocorre a procura por vagas não só dos alunos ali residentes, bem como por alunos residentes de vários bairros da cidade. Por isso, a importância dessa pesquisa, para compreender como funciona a matrícula para acesso dos alunos nessa unidade escolar. Durante a pesquisa, entrevistamos uma funcionária que relatou sobre o funcionamento da dinâmica de matrícula na Unidade Escolar:

No período de matrícula os interessados se dirigem ao posto, montado para este fim no interior da escola, de posse de uma senha. Se o estudante estiver na faixa etária adequada e houver vaga, pode ser matriculado sem

dificuldade, inclusive em outra escola da rede, que seja do seu interesse. (Informação verbal)<sup>1</sup>.

Também é de suma importância a gestão escolar conhecer o perfil do aluno, pois o contato com o mesmo promoverá uma relação de afeto e confiança, assim poderá ficar à vontade para relatar os problemas que enfrenta e ser orientado adequadamente. Torna-se significativo perceber o contexto de vida no qual estão inseridos os alunos para em seguida entender a realidade de cada um.

A pesquisa foi relevante para apreender como os problemas sociais interferem no acesso e permanência dos estudantes. Segundo a coordenadora pedagógica do CIENB (2018), a gravidez precoce, a falta de incentivo familiar, o bullying e o desemprego são os problemas mais comuns nos casos de desistência na escola. Ainda conforme a coordenação, o que afeta o acesso à escola é a mobilidade urbana precária, o alto custo da passagem dos ônibus, já que o CIENB recebe alunos dos mais diferentes bairros carentes da cidade.

Quanto à relação aluno/professor, foi realizada uma entrevista coletiva durante a Atividade Complementar (AC) da Área de Humanas na escola. Foi observado, no decorrer da entrevista, um confronto de opinião entre o professor de história que apontou que é uma relação complicada, já que por vez a aula não é como o aluno espera e a professora de sociologia que colocou que era uma relação equilibrada, embasada em interesse e respeito.

Foi possível perceber que é necessário o professor inserir em suas metodologias, a aprendizagem significativa, relacionando o conteúdo com a realidade do aluno. Quanto a isso, a professora de sociologia, afirmou usar uma estratégia e que tem dado certo, nas palavras dela: “Ao aplicar um conteúdo deve-se mostrar a importância daquilo para o aluno. [...] não adianta segurar a corda se não tiver motivação, pois irá afogar”.

O professor precisa criar metas para acompanhar a permanência do aluno na escola, e em sala de aula. Foi relatado também sobre a frequência dos alunos na escola. Sobre isso, uma professora da área de ciências humanas afirmou usar a tática de deixar o aluno que não é assíduo fazer a prova apenas acompanhado do responsável para entender como está a sua situação, pois há casos em que foram observados o uso de drogas e até mesmo alunos com problemas de distúrbios emocionais.

Já quando se trata de infraestrutura, foi importante ver como são necessários recursos básicos para manter o acesso e a permanência do aluno dentro da escola. Outro aspecto

<sup>1</sup> Entrevista I [set, 2018]. Entrevistador: Alessandro Silva. Vitória da Conquista, 2018.

observado foi sobre a estrutura física da escola. A escola precisa atender aos alunos com dificuldade de locomoção, é importante dispor das novas tecnologias e de laboratórios equipados para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Este trabalho também apontou a importância de se manter um ambiente em que o aluno se sinta confortável. A busca por um bom atendimento por parte dos diretores, coordenadores, professores, para se atingir uma boa qualidade do ensino, de modo que se prepare o aluno para sua progressão acadêmica.

De acordo com o observado nas duas entrevistas, o CIENB possui esses requisitos. Contudo, em relação ao acompanhamento dos alunos pela equipe escolar, há uma dificuldade, principalmente pelo fato de ser uma escola com grande número de alunos matriculados e pela insuficiência de recursos humanos qualificados em quase todos os setores da escola. Destarte deve haver o aprimoramento de pontos importantes para permitir que o aluno ingresse e permaneça na instituição, e conseqüentemente a formação do aluno e a sua dinâmica escolar se tornará fluida, contribuindo para o trabalho de todos.

### **Metodologia utilizada**

A metodologia adotada teve início com o estudo do referencial teórico adotado para o conhecimento sobre as bases legais para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. A partir daí, foi discutido sobre as dimensões estruturantes do PPP e os diversos aspectos que envolvem a visão pedagógica e administrativa. Por meio desses aspectos, a igualdade e a permanência foram apontados como um norte a ser investigado no CIENB.

No primeiro dia de visita ao CIENB, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora Pedagógica sobre o funcionamento, a estrutura física e possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes quanto a suas frequências na escola. A Coordenadora Pedagógica, também disponibilizou cópias do PPP para que houvesse a leitura inicial e a discussão do mesmo.

Em seguida, a entrevistada foi uma funcionária da secretaria do CIENB, que explicou como se processa a matrícula naquela unidade escolar. Naquela oportunidade também foi solicitado envio por e-mail dos indicadores de desempenho escolar.

A terceira atividade se deu em sala de aula para a socialização acerca das impressões de cada pesquisador/aluno quanto às visitas feitas ao CIENB. Por meio das informações relatadas foi possível rever os objetivos propostos pela atividade e inclusive acrescentar

outros. O quarto momento foi a participação na atividade complementar da área de Humanas no CIENB. Na oportunidade, foram respondidas perguntas de temas sobre evasão, acesso, permanência e qualidade escolar.

Ao final, foi feita a análise dos dados coletados e discussão de como seria a estrutura do relatório de pesquisa, bem como os tópicos utilizados para a apresentação dos resultados na unidade escolar e durante o VII Simpósio de Ensino de Geografia, promovido pelo Projeto de Extensão do Laboratório de Ensino de Geografia do Departamento de Geografia da UESB

### **Resultados Encontrados**

Fica evidenciado com a leitura do PPP do CIENB e a pesquisa na escola que “o Projeto Político Pedagógico deve ser norteador do trabalho dessa Unidade Escolar, observando-se as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica, para a organização do seu trabalho como um todo”. O mesmo foi construído para “assumir o compromisso com a democracia escolar, com a educação humana integral [...] para edificação de um Projeto Político Pedagógico autônomo. Logo subentende que ainda que se trate de um documento em construção constante, não se deve perder o seu caráter norteador e o compromisso com a comunidade escolar (PPP -CIENB, 2016, p.5-7).

Quando se trata de democracia, nas entrevistas realizadas foi dito que “A participação no Colegiado Escolar é democrática e que o grêmio estudantil não tem funcionado há um bom tempo, o que dificulta a participação dos estudantes em algumas decisões. Entretanto, de acordo com a Coordenação Pedagógica da escola, cada sala de aula tem um líder e que a gestão da escola costuma ouvir a opinião desses líderes por meio de questionário aplicado”.

O PPP quando trata da questão do acesso fica evidente que a democratização do acesso ainda é um problema grave da Instituição Pública de Ensino, pois grande parte dos alunos não conseguem ter sucesso na escola por condições sociais, famílias mal estruturadas, dificuldades no funcionamento da escola, baixos salários dos professores, inflexibilidade da escola como organização, currículo inadequado dentre outros. (CIENB, 2016).

O PPP também reconhece que há avanços quanto à inclusão de Portadores de Necessidades Especiais (PNE's), mas que ainda existem barreiras que impedem o convívio e a permanência dessas pessoas no espaço escolar (CIENB, 2016). Cita também o Caput do Artigo 53 e o inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA –) ao afirmar que:

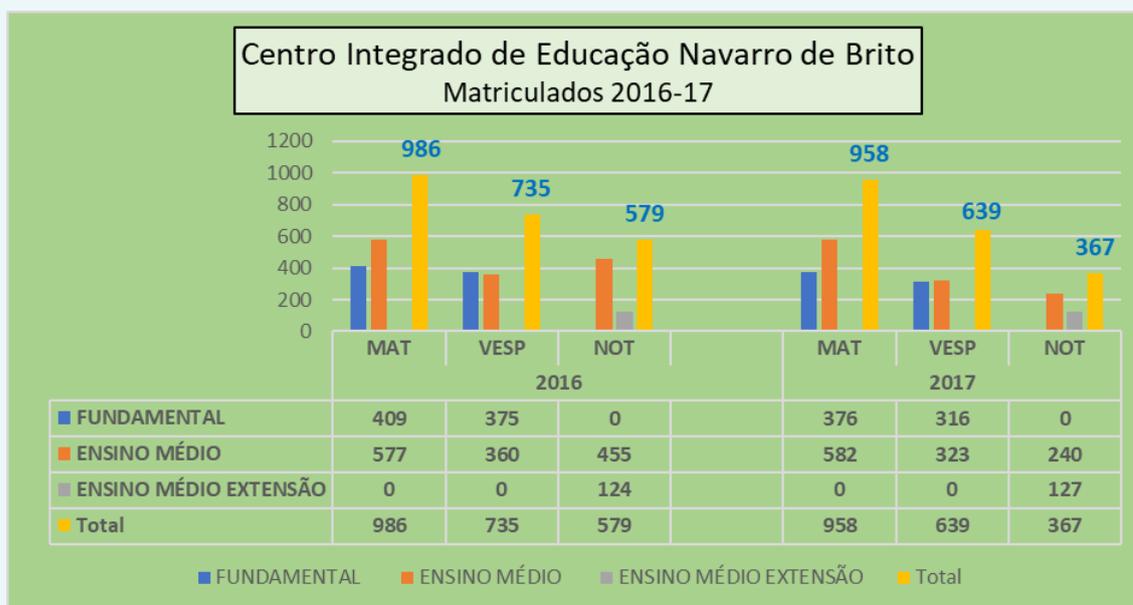
A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (CIENB, 2016, p. 18).

Quanto a permanência de forma específica, o PPP do CIENB também é categórico quando aponta as metas da escola, ao pronunciar sobre a: “Sensibilização dos alunos quanto à necessidade de permanência na escola, visando à sua preparação para o mercado de trabalho e ao efetivo exercício da cidadania, através de leitura e discussão de textos, mostras de vídeo, mesas redondas e dinâmicas.” (PPP/CIENB, 2016, p. 12).

O que pode ser observado é que o princípio da igualdade, acesso e permanência estão bem referenciados e previstos dentro do aparato legal que o Brasil já dispõe, o que está faltando então para que o mesmo seja executado de maneira equânime? De modo que sejam minimizadas as disparidades encontradas numa unidade escolar como o CIENB.

Outro documento analisado foram os Indicadores de Desempenho da Escola. A princípio, os dados de matrícula dos anos de 2016 e 2017 foram analisados e demonstrados em forma de gráfico como segue:

**GRAFICO 1:** Número de matrículas 2016-2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

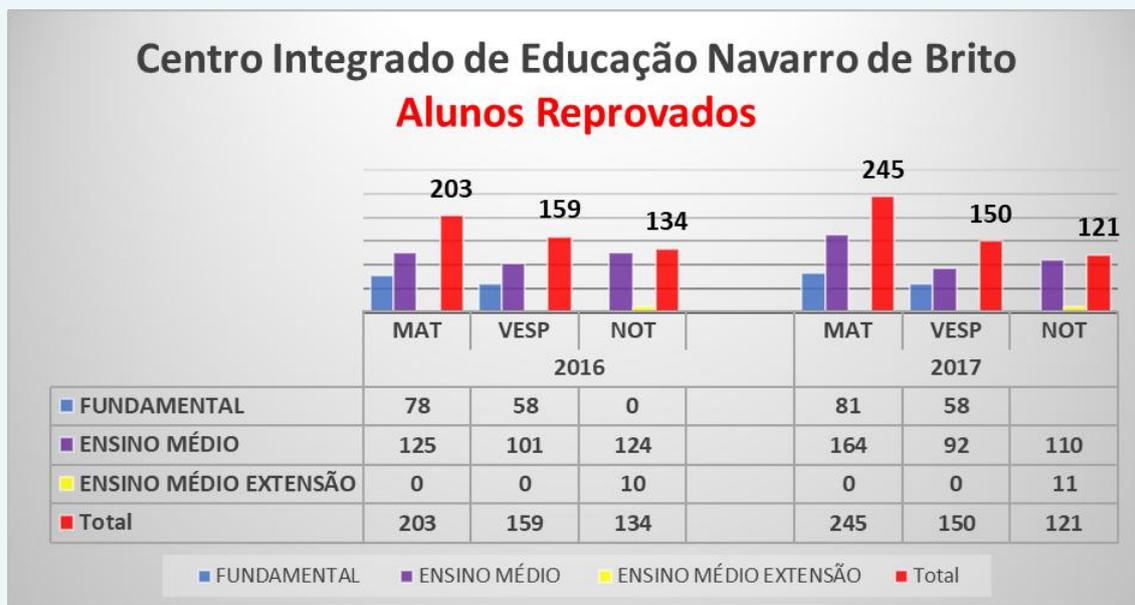
Ao indagar a coordenadora pedagógica sobre a facilidade do acesso ao CIENB, a mesma nos informou que: “O entorno da escola está bem aparelhado para a permanência dos alunos, e há várias possibilidades de transporte, o que facilita”.

De acordo com o gráfico acima é perceptível:

- Matriculados em 2016 = 2300; Em 2017= 1964. Aqui se tem uma diminuição de 336 alunos (-14,6%) em relação ao ano anterior.
- O que justifica a diminuição no número de matriculados em 2017?
- O Ensino médio noturno teve uma diminuição de 215 alunos. Como a comunidade escolar observa essa questão?

Em seguida, foram averiguados os dados com relação a reprovação dos alunos no CIENB nos anos de 2016 e 2017 para de alguma forma entender como a permanência dos mesmos pode ser afetada pelo processo de ensino aprendizagem:

**GRAFICO 2:** Número de alunos reprovados 2016-2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

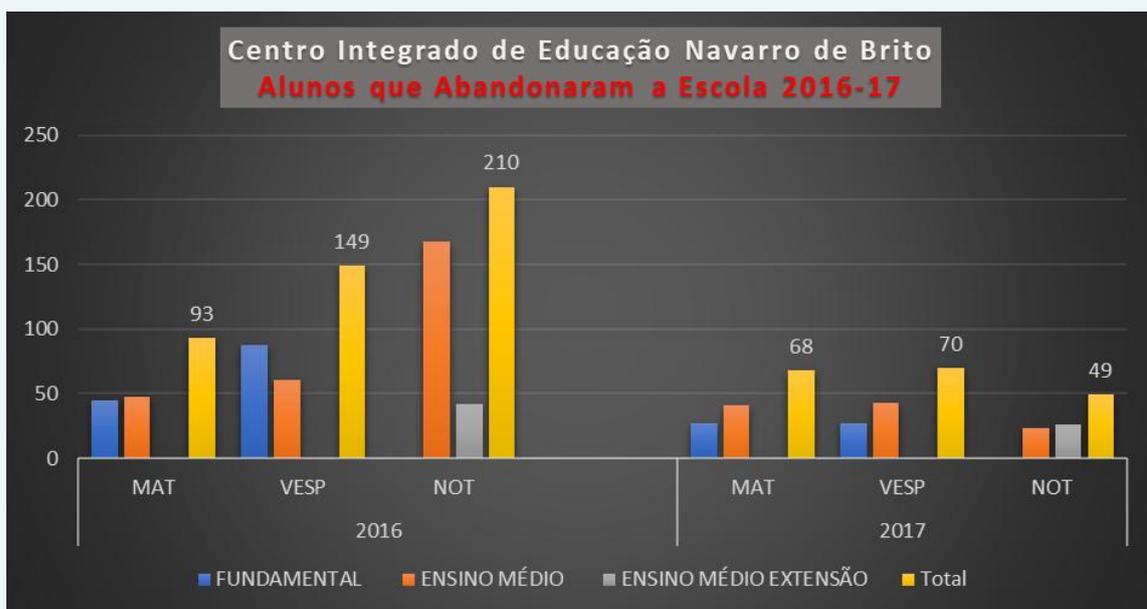
Observando o gráfico em questão, alguns levantamentos são necessários:

- No ano de 2016 houve um percentual de reprovação de 21,6% e em 2017, 26,3% dos alunos da matrícula final foram reprovados.
- Como a reprovação escolar pode ser determinante para a permanência no estudante na escola?
- A justificativa de que “alguns alunos não querem nada”

- d) Qual é a participação do professor no sentido de prevenir a reprovação? Será que os professores conhecem seus alunos, ao ponto de propor ações de combate à evasão escolar?
- e) O estudante pode ser penalizado quando sua forma de aprender diverge da forma de ensinar do professor?
- f) Como a família pode colaborar para diminuir os índices de reprovação?

Os indicadores quanto ao abandono escolar também foram apreciados, no sentido de constatar como se tem buscado alternativas para se diminuir a incidência, bem como garantir aos estudantes o direito não somente pelo acesso, mas também a sua permanência no cotidiano escolar.

GRAFICO 3: Número de abandono escolar 2016-2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Esse gráfico talvez seja o que mais provoca questionamentos:

- a) O abandono escolar no CIENB em 2016 foi de 452 alunos (19,7%), e no ano de 2017 há o registro de 187 estudantes (9,5%) que abandonaram a escola, ou seja: De um ano para o outro a escola teve um decréscimo de 265 casos de abandono.
- b) Qual fator determinante para a redução no abandono demonstrado?
- c) Houve alguma alteração na forma de calcular?

Quanto a evasão escolar, a coordenadora pedagógica disse que é um problema com difícil solução, tendo em vista que “tal evasão se dá por diversos fatores, alguns dos quais fogem da

competência da escola. Como a necessidade de se trabalhar, tendo no dinheiro uma solução imediata; Gravidez na adolescência; O bullying, o qual a escola não consegue prevenir, tendo que se limitar a ações corretivas”.

A coordenadora pedagógica ainda nos informou que, “A ausência da família, questões de trabalho e envolvimento com drogas (nesta ordem) são os principais influenciadores na desistência e abandono escolar”. Outros aspectos também foram mencionados como: “A carência alimentar de alguns alunos, a falta de condições de transporte e investimentos do poder público são problemas que dificultam a permanência do estudante na escola”. Do mesmo modo: “Relatou que o campeonato de futebol intercalasse coopera para a permanência dos estudantes na escola, porém a estrutura da quadra descoberta e as verbas de manutenção prejudicam a aplicação dos esportes no ambiente escolar”

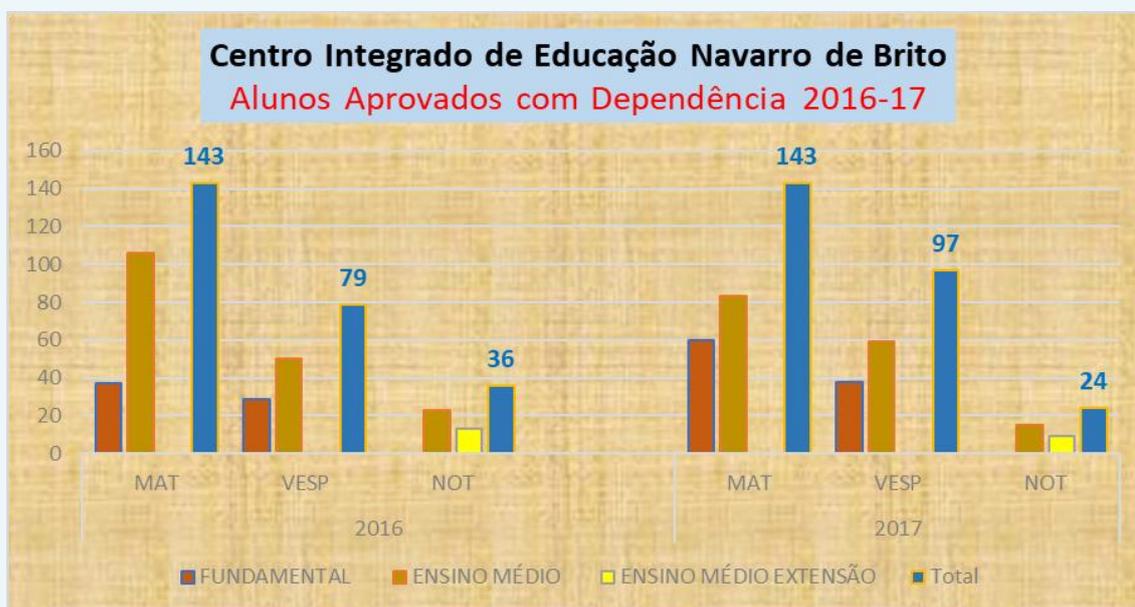
Uma funcionária da secretaria explicou a diferença entre o aluno desistente e o que abandona: “O aluno desistente, o qual apesar de matriculado, não frequenta as aulas desde o início do ano letivo e o aluno que abandona a escola, que é aquele que frequentou poucas aulas, porém não possui as notas das avaliações”. (Entrevista realizada em setembro de 2018)

Foi possível também fazer ponderações quando da análise dos indicadores, com relação ao número de estudantes que foram aprovados com alguma disciplina como dependência para o ano seguinte. De acordo com a LDB cabe a escola (art. 12-V) e aos professores (art. 13-IV) a busca de estratégias para recuperar os alunos que tenham menor rendimento, de modo que é preocupante ter tantos alunos aprovados com “dependência”. Pois pode-se tornar um aspecto complexo para sua continuidade na formação escolar.

Quando se observa os indicadores sobre os alunos que foram aprovados com dependências no CIENB (gráfico 4), é possível ponderar algumas questões:

- a) No ano 2016 foram 258 alunos (11,2%) aprovados com dependência e 264 (13,4%) em 2017.
- b) Qual é o rendimento na aprendizagem dos estudantes que precisam fazer dependências?
- c) Como a escola e os professores podem cooperar para que as dependências que os alunos precisam fazer não sejam veículo de desânimo na continuidade da vida escolar?

**GRAFICO 4:** Número de alunos aprovados com Dependência 2016-2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

### Considerações Finais

O CIENB é uma escola com uma boa estrutura para a formação educacional, pois possui uma equipe qualificada. Todo o caminho percorrido para a produção deste trabalho foi gratificante e certamente ensinará uma formação que favoreça a investigação do ambiente escolar e a busca de proposições que sirvam ao bom andamento da educação e a formação de cidadãos.

Os resultados da pesquisa apontam que o CIENB precisa aprimorar suas ações para fortalecer os princípios de acesso de permanência, buscando entender as demandas sociais de seus alunos. Diante das informações levantadas e com o conhecimento adquirido da realidade escolar, por meio das entrevistas aplicadas, foram feitas algumas propostas para servir como agente facilitador da permanência dos estudantes no CIENB, a saber:

1. Que o grupo de teatro da unidade escolar ofereça sob coordenação, esquetes com linguagem adequada e que abordem questões sobre o bullying, drogas, dramas sociais e congêneres, no sentido de despertar os estudantes para a importância de superação de tais problemas e da sua permanência no ambiente escolar;

2. Incluir jogos educativos como: Dominó, Xadrez, Dama, Quiz e eletrônicos em forma de competição;
3. Inserir outras modalidades esportivas como: Vôlei, Handebol, Baleado, Basquete e outros.
4. Elaboração de relatórios pelos professores com os nomes dos alunos que não são assíduos para verificação por parte da secretaria.
5. Realizar uma reunião por turma ao final da Iª Unidade com os pais dos alunos: Um professor da turma irá conduzir a reunião de posse do relatório geral dos alunos com dificuldade;
6. Viabilizar acompanhamento específico para os estudantes com necessidades especiais.

Pela atual gravidade na educação básica do Estado da Bahia, sabe-se que as proposições acima podem não ser implementadas e ou discutidas na Unidade Escolar. No entanto, as observações realizadas demandaram pela discussão dos problemas que envolvem a igualdade e permanência dos alunos na escola. É claro que, não somos ingênuos no sentido de entender que os volumosos problemas da educação básica podem ser resolvidos apenas com tais propostas, contudo, compreendemos que a escuta dos principais sujeitos envolvidos na pesquisa nos conduziram a essas considerações. Que fique claro, que muitas pesquisas ainda necessitam ser realizadas e discutidas com os principais sujeitos envolvidos no processo educacional e no conhecimento do “chão da escola”, pois não há possibilidade de apreender esse universo sem tal participação.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CIENB. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2016, 44p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção Possível**. p. 11-35. Campinas. Ed. Papirus, 1996.